Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 9

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 10

Demonstração de Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 19

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 20

Demonstração de Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 72

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 74

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.219
Total	36.924
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	22
Total	22

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.880.580	1.769.158
1.01	Ativo Circulante	532.765	474.183
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	418.095	357.585
1.01.03	Contas a Receber	39.793	40.356
1.01.03.01	Clientes	39.793	40.356
1.01.03.01.01	Revendedores	39.793	40.356
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.077	37.218
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	41.077	37.218
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.802	7.723
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.998	31.301
1.01.08.03	Outros	30.998	31.301
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	5.250	8.336
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	254	277
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Acordo Sabesp	10.414	9.515
1.01.08.03.06	Outros Créditos	15.080	13.173
1.02	Ativo Não Circulante	1.347.815	1.294.975
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	751.939	729.717
1.02.01.07	Tributos Diferidos	41.783	41.513
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.783	41.513
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	710.156	688.204
1.02.01.10.03	Cauções e Depóstios Vinculados	62.071	61.146
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Acordo Sabesp	114.059	106.113
1.02.01.10.08	IR e CSLL a recuperar	278.225	267.575
1.02.01.10.09	Tributos e contribuições sociais compensáveis	60.427	57.996
1.02.02	Investimentos	505.823	471.770
1.02.02.01	Participações Societárias	189.234	155.181
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	189.234	155.181
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	316.589	316.589
1.02.03	Imobilizado	70.951	74.237
1.02.04	Intangível	19.102	19.251
1.02.04.01	Intangíveis	19.102	19.251

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.880.580	1.769.158
2.01	Passivo Circulante	158.213	160.290
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.016	3.064
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.016	3.064
2.01.02	Fornecedores	28.199	27.911
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.199	27.911
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.784	4.401
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.236	4.328
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	6.448	3.140
2.01.03.01.03	Demais Obrigações Federais a Pagar	1.788	1.188
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	548	73
2.01.05	Outras Obrigações	118.214	124.914
2.01.05.02	Outros	118.214	124.914
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.653	3.653
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	30.900	28.899
2.01.05.02.05	Obrigações Setoriais	6.366	5.420
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	170
2.01.05.02.07	Benefícios pós emprego, previdência complementar	31.667	35.601
2.01.05.02.08	Obrigações Especiais - RGR	900	1.800
2.01.05.02.10	Outra obrigação	636	636
2.01.05.02.11	Outros passivos	5.801	10.836
2.01.05.02.12	Arrendamento a pagar	1.239	1.017
2.01.05.02.13	Passivo de contrato	36.882	36.882
2.02	Passivo Não Circulante	1.050.816	1.014.046
2.02.02	Outras Obrigações	868.823	839.980
2.02.02.02	Outros	868.823	839.980
2.02.02.02.03	Obrigações Setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Benefícios pós emprego, previdência complementar	239.266	236.180
2.02.02.02.06	Passivo de contrato	616.381	590.104
2.02.02.02.07	Outra obrigação	9.650	9.963
2.02.02.02.08	Arrendamento a pagar	2.757	2.964
2.02.04	Provisões	181.993	174.066
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	180.207	171.535
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	128.944	127.732
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42.403	41.718
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.860	2.085
2.02.04.02	Outras Provisões	1.786	2.531
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.786	2.531
2.03	Patrimônio Líquido	671.551	594.822
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	230.832	230.832
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	227.320	227.320
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.729	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	78.579	78.579

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	113.405	220.892	117.470	215.314
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-82.373	-155.122	-79.998	-149.234
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-82.373	-155.122	-79.998	-149.234
3.03	Resultado Bruto	31.032	65.770	37.472	66.080
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.819	-18.348	-25.625	-49.018
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.677	-59.338	-37.032	-69.167
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25.063	24.142	2.101	2.035
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.433	16.848	9.306	18.114
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.851	47.422	11.847	17.062
3.06	Resultado Financeiro	26.712	46.904	12.798	33.455
3.06.01	Receitas Financeiras	26.982	48.600	13.106	34.167
3.06.01.01	Receitas Financeiras	21.883	40.969	11.121	29.578
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	5.099	7.631	1.985	4.589
3.06.02	Despesas Financeiras	-270	-1.696	-308	-712
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-270	-1.696	-308	-712
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.563	94.326	24.645	50.517
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.590	-17.597	-5.306	-11.087
3.08.01	Corrente	-9.537	-17.868	-4.775	-9.929
3.08.02	Diferido	947	271	-531	-1.158
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.973	76.729	19.339	39.430
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.973	76.729	19.339	39.430
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,43	2,15	0,54	1,11
3.99.01.02	PN	1,3	1,96	0,49	1,01

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	50.973	76.729	19.339	39.430
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.973	76.729	19.339	39.430

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	54.097	-14.759
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.602	26.386
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	94.326	50.517
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-16.848	-18.114
6.01.01.03	Depreciação/amortização	5.042	1.120
6.01.01.04	Indenizações - desapropriações	-25.225	-749
6.01.01.05	Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa	39	0
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	8.113	10.095
6.01.01.07	Ganho na alienação de bens e direitos	0	-1.936
6.01.01.08	Juros mútuo	0	-589
6.01.01.09	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.845	-6.288
6.01.01.18	Juros remuneratórios - outros ativos financeiros	0	-7.670
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.613	-13.783
6.01.02.01	Benefício pós-emprego, previdência complementar	-848	4.017
6.01.02.02	Revendedores	563	-840
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais compensáveis	655	-5.702
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-13.258	-4.199
6.01.02.05	Adiantamentos	0	-32.533
6.01.02.06	Despesas antecipadas	4.921	1.966
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-902	2.218
6.01.02.09	Outros créditos	-1.946	-2.382
6.01.02.10	Obrigações especiais - RGR	-900	-901
6.01.02.11	Folha de pagamento e estimadas	2.001	-3.631
6.01.02.13	Fornecedores	288	-1.373
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	4.335	-152
6.01.02.15	Arrendamento	15	0
6.01.02.16	Obrigações setoriais	946	938
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-186	-1.148
6.01.02.18	Passivo de contrato	26.277	35.982
6.01.02.19	Encargos de uso da rede elétrica	0	9
6.01.02.20	Outros	-5.348	-6.052
6.01.03	Outros	-19.118	-27.362
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-19.118	-27.362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.413	-57.882
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.268	-3.214
6.02.02	Aplicações financeiras	0	17.090
6.02.04	Aquisições de Intangíveis	-339	-1.443
6.02.05	Mútuo com partes relacionadas	0	-10.000
6.02.06	Outros ativos financeiros	0	-63.000
6.02.07	Recebimento da venda de ativo imobilizado	0	1.936
6.02.08	Indenizações - desapropriações	25.225	749
6.02.10	Integralização de capital em controlada - SPE Edgard de Souza	-17.205	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	117

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprios e dividendos pagos	0	117
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	60.510	-72.524
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	357.585	288.306
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	418.095	215.782

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	230.832	0	0	78.579	594.822
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	230.832	0	0	78.579	594.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.729	0	76.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.729	0	76.729
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	230.832	0	76.729	78.579	671.551

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	364.188	0	0	114.266	763.865
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	364.188	0	0	114.266	763.865
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.430	0	39.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.430	0	39.430
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	364.188	0	39.430	114.266	803.295

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	269.956	241.805
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	187.583	182.426
7.01.02	Outras Receitas	24.142	2.035
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	58.270	57.344
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-126.180	-128.910
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-126.180	-128.910
7.03	Valor Adicionado Bruto	143.776	112.895
7.04	Retenções	-5.042	-1.120
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.042	-1.120
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.734	111.775
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.448	52.281
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.848	18.114
7.06.02	Receitas Financeiras	40.969	29.578
7.06.03	Outros	7.631	4.589
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	7.631	4.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	204.182	164.056
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	204.182	164.056
7.08.01	Pessoal	62.925	67.864
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.268	53.405
7.08.01.02	Benefícios	15.624	10.468
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.033	3.991
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.315	52.323
7.08.02.01	Federais	49.527	40.550
7.08.02.03	Municipais	11.788	11.773
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.213	4.439
7.08.03.01	Juros	1.696	712
7.08.03.02	Aluguéis	1.517	3.727
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	76.729	39.430
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	76.729	39.430

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.881.486	1.769.992
1.01	Ativo Circulante	568.168	495.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	455.068	379.911
1.01.03	Contas a Receber	45.037	46.029
1.01.03.01	Clientes	45.037	46.029
1.01.03.01.01	Revendedores	45.037	46.029
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.386	36.280
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.386	36.280
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.215	7.913
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.462	25.160
1.01.08.03	Outros	24.462	25.160
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	5.478	8.537
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	300	717
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Acordo Sabesp	10.414	9.515
1.01.08.03.06	Outros créditos	8.270	6.391
1.02	Ativo Não Circulante	1.313.318	1.274.699
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	751.972	729.751
1.02.01.07	Tributos Diferidos	41.783	41.513
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.783	41.513
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	710.189	688.238
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	62.104	61.180
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Acordo Sabesp	114.059	106.113
1.02.01.10.08	IR e CSLL a recuperar	278.225	267.575
1.02.01.10.09	Tributos e contribuições sociais compensáveis	60.427	57.996
1.02.02	Investimentos	316.589	316.589
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	316.589	316.589
1.02.03	Imobilizado	225.655	209.108
1.02.04	Intangível	19.102	19.251
1.02.04.01	Intangíveis	19.102	19.251

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.881.486	1.769.992
2.01	Passivo Circulante	159.120	161.124
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.016	3.064
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.016	3.064
2.01.02	Fornecedores	28.817	28.504
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.817	28.504
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.962	4.633
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.409	4.556
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	6.600	3.314
2.01.03.01.03	Demais Obrigações Federais a Pagar	1.809	1.242
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	553	77
2.01.05	Outras Obrigações	118.325	124.923
2.01.05.02	Outros	118.325	124.923
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.653	3.653
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	30.900	28.899
2.01.05.02.05	Obrigações setoriais	6.375	5.429
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	170
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego, previdência complementar	31.667	35.601
2.01.05.02.09	Outra obrigação	636	636
2.01.05.02.10	Obrigações Especiais - RGR	900	1.800
2.01.05.02.11	Arrendamento a pagar	1.239	1.017
2.01.05.02.12	Outros Passivos	5.903	10.836
2.01.05.02.13	Passivo de contrato	36.882	36.882
2.02	Passivo Não Circulante	1.050.815	1.014.046
2.02.02	Outras Obrigações	868.822	839.980
2.02.02.02	Outros	868.822	839.980
2.02.02.02.03	Obrigações setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Passivo de contrato	616.380	590.104
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego, previdência complementar	239.266	236.180
2.02.02.02.07	Outra obrigação	9.650	9.963
2.02.02.02.08	Arrendamento a pagar	2.757	2.964
2.02.04	Provisões	181.993	174.066
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	180.207	171.535
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	128.944	127.732
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42.403	41.718
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.860	2.085
2.02.04.02	Outras Provisões	1.786	2.531
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.786	2.531
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	671.551	594.822
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	230.832	230.832
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	227.320	227.320
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.729	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	78.579	78.579

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	125.947	246.574	129.847	240.045
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.802	-164.430	-83.451	-156.673
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.802	-164.430	-83.451	-156.673
3.03	Resultado Bruto	39.145	82.144	46.396	83.372
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.614	-35.196	-34.931	-67.132
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.677	-59.338	-37.032	-69.167
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25.063	24.142	2.101	2.035
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.531	46.948	11.465	16.240
3.06	Resultado Financeiro	27.793	48.862	13.967	35.882
3.06.01	Receitas Financeiras	28.069	50.590	14.276	36.599
3.06.01.01	Receitas Financeiras	22.970	42.959	12.291	32.010
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	5.099	7.631	1.985	4.589
3.06.02	Despesas Financeiras	-276	-1.728	-309	-717
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-276	-1.728	-309	-717
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.324	95.810	25.432	52.122
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.351	-19.081	-6.093	-12.692
3.08.01	Corrente	-10.298	-19.352	-5.562	-11.534
3.08.02	Diferido	947	271	-531	-1.158
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.973	76.729	19.339	39.430
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	50.973	76.729	19.339	39.430
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	50.973	76.729	19.339	39.430

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	50.973	76.729	19.339	39.430
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	50.973	76.729	19.339	39.430
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	50.973	76.729	19.339	39.430

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.613	4.556
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.175	47.609
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	95.810	52.122
6.01.01.02	Depreciação/amortização	7.283	3.362
6.01.01.03	Indenizações - desapropriações	-25.225	-749
6.01.01.04	Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa	39	0
6.01.01.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	8.113	10.095
6.01.01.06	Ganho na alienação de bens e direitos	0	-1.936
6.01.01.07	Juros mútuo	0	-589
6.01.01.08	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.845	-6.288
6.01.01.09	Juros remuneratórios - outros ativos financeiros	0	-8.408
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	16.967	-14.695
6.01.02.02	Revendedores	992	-208
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais compensáveis	628	-5.845
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-13.578	-4.808
6.01.02.05	Adiantamentos	0	-32.533
6.01.02.06	Despesas antecipadas	4.698	1.527
6.01.02.07	Cauções de depósitos vinculados	-507	2.184
6.01.02.08	Outros	-5.246	-5.787
6.01.02.09	Outros créditos	-1.919	-2.913
6.01.02.10	Folha de pagamento e estimadas	2.001	-3.631
6.01.02.11	Benefício pós-emprego, previdência complementar	-848	4.017
6.01.02.12	Fornecedores	313	-1.499
6.01.02.13	Tributos e contribuições sociais	4.281	-614
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	0	534
6.01.02.15	Arrendamento	15	0
6.01.02.16	Obrigações setoriais	946	939
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-186	-1.148
6.01.02.18	Passivo de contrato	26.277	35.982
6.01.02.19	Encargos de uso da rede elétrica	0	9
6.01.02.20	Obrigações especiais - RGR	-900	-901
6.01.03	Outros	-20.529	-28.358
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.529	-28.358
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.544	-68.608
6.02.01	Aplicações financeiras	0	17.090
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-23.342	-3.940
6.02.03	Recebimento da venda de ativo imobilizado	0	1.936
6.02.04	Aquisição de intangível	-339	-1.443
6.02.05	Outros ativos financeiros	0	-73.000
6.02.06	Mútuo com parte relacionada	0	-10.000
6.02.07	Indenizações - desapropriações	25.225	749
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	117
6.03.02	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	0	117
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	75.157	-63.935

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	379.911	311.326
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	455.068	247.391

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	230.832	0	0	78.579	594.822	0	594.822
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	230.832	0	0	78.579	594.822	0	594.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.729	0	76.729	0	76.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.729	0	76.729	0	76.729
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	230.832	0	76.729	78.579	671.551	0	671.551

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	364.188	0	0	114.266	763.865	0	763.865
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	364.188	0	0	114.266	763.865	0	763.865
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.430	0	39.430	0	39.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.430	0	39.430	0	39.430
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	364.188	0	39.430	114.266	803.295	0	803.295

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	296.611	267.473
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	214.238	208.094
7.01.02	Outras Receitas	24.142	2.035
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	58.270	57.344
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.942	-132.062
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-131.942	-132.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	164.669	135.411
7.04	Retenções	-7.283	-3.362
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.283	-3.362
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	157.386	132.049
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.590	36.599
7.06.02	Receitas Financeiras	42.959	32.010
7.06.03	Outros	7.631	4.589
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	7.631	4.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	207.976	168.648
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	207.976	168.648
7.08.01	Pessoal	63.959	69.512
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.240	54.955
7.08.01.02	Benefícios	15.624	10.468
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.095	4.089
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	64.043	55.262
7.08.02.01	Federais	52.255	43.489
7.08.02.03	Municipais	11.788	11.773
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.245	4.444
7.08.03.01	Juros	1.728	717
7.08.03.02	Aluguéis	1.517	3.727
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	76.729	39.430
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	76.729	39.430

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Período findo em 30 de junho de 2026. Os comentários a seguir tomam por base as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o disposto no art. 31 da Resolução CVM nº 80/22.

Destaques do Trimestre

O segundo trimestre de 2026 é o segundo período apurado sob a gestão eleita em 23 de fevereiro de 2026, e o primeiro semestre completo subsequente ao encerramento do ciclo de revisões patrimoniais, cujas conclusões foram detalhadas nas Demonstrações Financeiras de 2025. No período, a Companhia apresentou boa performance: o lucro do 2T26 alcançou R$ 51,0 milhões, ante R$ 19,3 milhões no 2T25, acumulando R$ 76,7 milhões no semestre (+94,6% sobre o 1S25); o EBITDA Ajustado somou R$ 58,5 milhões no trimestre e R$ 118,7 milhões no semestre (+3,5%), com margem de 48,1% sobre a receita operacional líquida de R$ 246,6 milhões (+2,7%).

Os passivos operacionais identificados no ciclo de revisões patrimoniais estão endereçados no programa de capex em estruturação, que prioriza a modernização e segurança operacional e de barragens, a modernização de tecnologia da informação e o fortalecimento da infraestrutura da Companhia, com disciplina de controle de custos sob metodologia de orçamento base zero. Com o avanço das contratações e a retomada gradual dessas frentes, espera-se incremento das despesas operacionais e dos desembolsos de capital nos próximos trimestres, impactando a base de comparação dos períodos subsequentes.

Em paralelo, no portfólio de expansão, destaca-se o início das obras da PCH Edgard de Souza, viabilizado pela Portaria SNTEP/MME nº 3.108, de março de 2026, e pela emissão da Licença Ambiental de Instalação em abril.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Consolidado (R$ milhões)	2T26	2T25 R	Δ%	1S26	1S25 R	Δ%
Receita Operacional Líquida	125,9	129,8	-3,00%	246,6	240	2,70%
Custo	-86,8	-83,5	4,02%	-164,4	-156,7	5,00%
Despesas Operacionais	-31,7	-37,0	-14,46%	-59,3	-69,2	-14,20%
Outras Receitas e Despesas	25,1	2,1	n.m.	24,1	2	n.m.
EBIT	**32,5**	**11,5**	**183,74%**	**46,9**	**16,2**	**189,10%**
% ROL	25,83%	8,83%	17,0pp	19,00%	6,80%	12,3pp
Custo de Construção	24,3	27,6		44,5	44,6	
GAG Melhoria	9,5	9,6		23,8	32,7	
Previdência Privada - CPC 33	7,8	5,2		15,6	10,5	
Depreciação	3,6	1,7		7,3	3,4	
PDI	0,7	7,0		1,4	15,3	
Contingências	7,8	4,8		8,1	8,9	
Outras Receitas/Despesas	-25,1	-2,7		-24,3	-2,7	
IFRS 16	-0,3	0,0		-0,3	0,0	
Recuperação de despesas	-2,3	-3,7		-4,3	-14,2	
Ajustes Totais	**26,0**	**49,5**		**71,8**	**98,5**	
EBITDA Ajustado	**58,5**	**61,0**	**-4,10%**	**118,7**	**114,7**	**3,50%**
% ROL Ajustado	46,47%	46,99%	-0,5pp	48,10%	47,80%	0,3pp

No 2T26, o EBITDA Ajustado somou R$ 58,5 milhões, ante R$ 61,0 milhões no 2T25 (-4,1%), com margem de 46,5% (47,0% no 2T25): o avanço do EBIT no trimestre (R$ 32,5 milhões, ante R$ 11,5 milhões) foi compensado pelos menores ajustes do período, notadamente PDI (R$ 0,7 milhão, ante R$ 7,0 milhões) e custo de construção (R$ 24,3 milhões, ante R$ 27,6 milhões). No semestre, o EBIT passou de R$ 16,2 milhões no 1S25 para R$ 46,9 milhões no 1S26, refletindo o crescimento da Receita Operacional Líquida (+2,7%), a redução dos custos e despesas operacionais (-0,9%) e o reconhecimento das indenizações por desapropriações no 2T26, e o EBITDA Ajustado atingiu R$ 118,7 milhões, alta de 3,5% sobre os R$ 114,7 milhões do 1S25, com margem de 48,1% sobre a ROL (47,8% no 1S25), parcialmente compensada pelos menores ajustes de GAG Melhoria (R$ 23,8 milhões, ante R$ 32,7 milhões) e de PDI (R$ 1,4 milhão, ante R$ 15,3 milhões). O ajuste de GAG Melhoria corresponde aos recebimentos reconhecidos no passivo de contrato no período (R$ 26,3 milhões no 1S26, ante R$ 36,0 milhões no 1S25 – Nota 18), líquidos de PIS/COFINS de 9,25%.

Comentário do Desempenho

Cabe destacar que a linha Outras Receitas e Despesas registrada na formação do EBIT (R$ 24,1 milhões em 2026, ante R$ 2,0 milhões em 2025) contempla os valores de doações e patrocínios, enquanto a linha Outras Receitas/Despesas incluída nos Ajustes Totais (R$ -24,3 milhões em 2026, ante R$ -2,7 milhões em 2025) não considera essa rubrica, o que explica a diferença de critério entre os dois valores do quadro.

Receita Operacional

A receita operacional líquida consolidada atingiu R$ 125,9 milhões no 2T26, redução de 3,0% frente aos R$ 129,8 milhões do 2T25, refletindo as menores receitas de construção do trimestre (R$ 31,8 milhões, ante R$ 36,1 milhões), reconhecidas em contrapartida ao custo de construção nos termos da ICPC 01. No semestre, a receita somou R$ 246,6 milhões (+2,7% sobre os R$ 240,0 milhões do 1S25), impulsionada pelas outras receitas, de R$ 29,5 milhões (+8,0%), com destaque para cessão de áreas de R$ 18,0 milhões (ante R$ 16,2 milhões), associados à locação do terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga, somada aos recebimentos da Usina São Paulo de R$ 9,2 milhões(+3,6%) ,e pelas receitas de construção acumuladas de R$ 58,3 milhões (+1,6%).

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas totalizaram R$ 118,5 milhões no 2T26, queda de 1,7% frente ao 2T25, e R$ 223,8 milhões no semestre, redução de 0,9% sobre os R$ 225,8 milhões do 1S25. No semestre, os gastos com pessoal e administradores recuaram 15,9%, para R$ 55,3 milhões, refletindo o Plano de Desligamento Incentivado executado em 2025, e os serviços de terceiros contraíram 15,2%, para R$ 45,7 milhões. O custo de construção permaneceu estável em R$ 44,5 milhões (-0,1%), a depreciação avançou para R$ 7,3 milhões (ante R$ 3,4 milhões), pela incorporação de novos ativos reconhecidos nas revisões patrimoniais de 2025, e os benefícios pós-emprego somaram R$ 15,6 milhões (+49,3%), refletindo o maior custo do plano PSAP/EMAE apurado na avaliação atuarial completa de dezembro de 2025 (Nota 15). A base de comparação do 1S25 incluía ainda R$ 8,7 milhões de recuperação de despesas (ante R$ 0,6 milhão no 1S26) e R$ 10,1 milhões de provisões operacionais líquidas (ante R$ 8,1 milhões no 1S26).

Resultado Operacional

No 2T26, o resultado operacional consolidado (EBIT) foi de R$ 32,5 milhões, ante R$ 11,5 milhões no 2T25, com margem de 25,8% sobre a ROL (8,8% no 2T25), impulsionado pelas outras receitas líquidas de R$ 25,1 milhões reconhecidas no trimestre, decorrentes principalmente de indenizações por desapropriações (R$ 25,2 milhões), recebidas de entes públicos em processos de desapropriação de áreas da Companhia, terrenos localizados em Santana de Parnaíba e áreas destinadas ao Metrô de São Paulo, conforme Nota 24. No semestre, o EBIT somou

Comentário do Desempenho

R$ 46,9 milhões, ante R$ 16,2 milhões no 1S25, com margem operacional de 19,0% sobre a ROL (6,8% no 1S25).

Resultado Financeiro e Lucro do Período

No 2T26, o resultado financeiro consolidado somou R$ 27,8 milhões, ante R$ 14,0 milhões no 2T25 (+99,0%). No semestre, foi de R$ 48,9 milhões, ante R$ 35,9 milhões no 1S25, alta de 36,2%. A variação observada na rubrica reflete, principalmente, dois efeitos compensatórios: (i) a não recorrência, no primeiro semestre de 2026, da receita de R$ 9,0 milhões referente à atualização de ativos financeiros, reconhecida no 1S25; e (ii) o reconhecimento, no montante de R$ 14,8 milhões, da atualização pela taxa Selic de créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos a exercícios anteriores, cujo efeito superou a redução mencionada, conforme Nota 5.1. As receitas de aplicações financeiras atingiram R$ 27,4 milhões (+23,0%) e a atualização do ativo financeiro Sabesp somou R$ 8,8 milhões, ante R$ 6,3 milhões no 1S25.

No 2T26, o lucro do período foi de R$ 51,0 milhões, ante R$ 19,3 milhões no 2T25. No semestre, o lucro antes do IR e CSLL atingiu R$ 95,8 milhões (+83,8%) e, após carga tributária de R$ 19,1 milhões, o lucro do período totalizou R$ 76,7 milhões, crescimento de 94,6% em relação ao 1S25.

Investimentos

Os investimentos, representados pelo custo de construção nos termos da ICPC 01, somados aos dispêndios com imobilizados e intangíveis, totalizaram R$ 45,9 milhões no 2T26, ante R$ 31,5 milhões no 2T25, acumulando R$ 68,2 milhões no 1S26, acréscimo de 36,5% em relação aos R$ 49,9 milhões do 1S25. O volume executado tende a ser majorado nos próximos trimestres com o avanço das contratações e a aceleração da execução do programa de capex. Parte dos investimentos realizados refere-se ao montante de R$ 17,2 milhões destinados à implantação da PCH Edgard de Souza.

Posição de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa consolidado encerrou o semestre em R$ 455,1 milhões, avanço de 19,8% sobre os R$ 379,9 milhões de 31 de dezembro de 2025, sustentado pela geração de caixa operacional de R$ 73,6 milhões, que inclui recebimentos de outorga reconhecidos no passivo de contrato (R$ 26,3 milhões), e pelo recebimento de indenizações por desapropriações (R$ 25,2 milhões). A Companhia não possui endividamento bancário. O patrimônio líquido encerrou o período em R$ 671,6 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE, B3: EMAE3 e EMAE4) é uma companhia aberta de geração de energia elétrica, sediada em São Paulo, que opera sob concessão regulada e fiscalizada pela ANEEL. O portfólio é composto pelas usinas hidrelétricas Henry Borden (889 MW), Rasgão (22 MW) e Porto Góes (24,8 MW), que operam em regime de cotas, com Receita Anual de Geração (RAG) contratada com distribuidoras até janeiro de 2043 e risco hidrológico transferido às beneficiárias das cotas (Lei 12.783/2013); e pela PCH Pirapora (25 MW), operada por subsidiária integral como Produtor Independente de Energia Elétrica, com contratos de longo prazo no Ambiente de Contratação Regulado com término em 2044. As práticas contábeis adotadas nestas informações financeiras intermediárias são as mesmas da Nota 3 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com as quais estas informações devem ser lidas conjuntamente.

No portfólio de expansão, o avanço mais relevante do semestre foi a obtenção da Portaria SNTEP/MME nº 3.108, em março de 2026, autorizando a Edgard de Souza Energia S.A., SPE constituída em setembro de 2025, a implantar e explorar a PCH Edgard de Souza (18 MW, em Santana de Parnaíba/SP), seguida pela emissão da Licença Ambiental de Instalação em abril de 2026, que viabilizou o início das obras. O empreendimento conta com contrato de longo prazo no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), resultante do Leilão A-5 de agosto de 2025, para entrega de 13,4 MW médios de janeiro de 2030 a dezembro de 2049.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Reapresentação dos valores correspondentes às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 30 de junho de 2025.

Em 2025, a Companhia revisou a política contábil aplicável aos contratos de concessão, passando a reconhecer a receita de construção com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos de margem, em substituição ao modelo anteriormente fundamentado em estimativas de investimentos futuros. A alteração foi aplicada retrospectivamente, com reapresentação dos saldos comparativos desde julho de 2018, em conformidade com o CPC 23 / IAS 8, ICPC 01 (R1) e CPC 47. Informações adicionais acerca da reapresentação e de seus respectivos impactos podem ser consultadas na Nota 1.2 – “Reapresentação dos saldos comparativos – Contratos de Concessão (ICPC 01 / CPC 47)” das demonstrações financeiras de 2025. Como consequência, o resultado do período findo em 30 de junho de 2025 apresentou as alterações demonstradas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Demonstração do resultado do período reconciliada

No trimestre

	Controladora			Consolidado		
	2T25		2T25	2T25		2T25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	147.179	(29.709)	117.470	159.555	(29.708)	129.847
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(95.462)	15.464	(79.998)	(98.888)	15.437	(83.451)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	51.717	(14.245)	37.472	60.667	(14.271)	46.396
Receitas/Despesas Operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(32.746)	(4.286)	(37.032)	(32.773)	(4.259)	(37.032)
Outras receitas e (despesas)	2.101	-	2.101	2.101	-	2.101
Equivalência Patrimonial em controlada	9.306	-	9.306	-	-	-
	(21.339)	(4.286)	(25.625)	(30.672)	(4.259)	(34.931)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	30.378	(18.531)	11.847	29.995	(18.530)	11.465
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas	11.121	-	11.121	12.292	(1)	12.291
Despesas	(308)	-	(308)	(309)	-	(309)
Variações monetárias líquidas	1.985	-	1.985	1.985	-	1.985
	12.798	-	12.798	13.968	(1)	13.967
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**43.176**	**(18.531)**	**24.645**	**43.963**	**(18.531)**	**25.432**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente	(15.702)	10.927	(4.775)	(16.489)	10.927	(5.562)
Diferido	4.194	(4.725)	(531)	4.194	(4.725)	(531)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**31.668**	**(12.329)**	**19.339**	**31.668**	**(12.329)**	**19.339**
LUCRO ATRIBUÍVEL A:						
Acionistas controladores e não controladores	**31.668**	**(12.329)**	**19.339**	**31.668**	**(12.329)**	**19.339**
RESULTADO BÁSICO POR:						
Ação preferencial	**R$ 0,889**	**-R$ 0,346**	**R$ 0,543**			
Ação ordinária	**R$ 0,808**	**-R$ 0,315**	**R$ 0,494**			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

No acumulado

	Controladora			Consolidado		
	1S25		1S25	1S25		1S25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	283.275	(67.961)	215.314	308.005	(67.960)	240.045
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(182.365)	33.131	(149.234)	(189.749)	33.076	(156.673)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	100.910	(34.830)	66.080	118.256	(34.884)	83.372
Receitas/Despesas Operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(64.016)	(5.151)	(69.167)	(64.070)	(5.097)	(69.167)
Outras receitas e (despesas)	2.035	-	2.035	2.035	-	2.035
Equivalência Patrimonial em controlada	18.114	-	18.114	-	-	-
	(43.867)	(5.151)	(49.018)	(62.035)	(5.097)	(67.132)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	57.043	(39.981)	17.062	56.221	(39.981)	16.240
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas	29.578	-	29.578	32.010	-	32.010
Despesas	(712)	-	(712)	(717)	-	(717)
Variações monetárias líquidas	4.589	-	4.589	4.589	-	4.589
	33.455	-	33.455	35.882	-	35.882
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**90.498**	**(39.981)**	**50.517**	**92.103**	**(39.981)**	**52.122**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente	(33.296)	23.367	(9.929)	(34.901)	23.367	(11.534)
Diferido	8.845	(10.003)	(1.158)	8.845	(10.003)	(1.158)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**66.047**	**(26.617)**	**39.430**	**66.047**	**(26.617)**	**39.430**
LUCRO ATRIBUÍVEL A:						
Acionistas controladores e não controladores	**66.047**	**(26.617)**	**39.430**	**66.047**	**(26.617)**	**39.430**
RESULTADO BÁSICO POR:						
Ação preferencial	**R$ 1,855**	**-R$ 0,747**	**R$ 1,107**			
Ação ordinária	**R$ 1,686**	**-R$ 0,679**	**R$ 1,007**			

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Demonstração do resultado abrangente do período reconciliada

No trimestre

	Controladora e Consolidado		
	2T25		2T25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
Lucro do período	31.668	(12.329)	19.339
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ajuste de elementos do Passivo	-	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	**31.668**	**(12.329)**	**19.339**

Notas Explicativas

No acumulado

	Controladora e Consolidado		
	1S25		1S25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
Lucro do período	66.047	(26.617)	39.430
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ajuste de elementos do Passivo	-	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	**66.047**	**(26.617)**	**39.430**

Notas Explicativas

Demonstração do fluxo de caixa do período reconciliada

	Controladora			Consolidado		
	30.06.25		30.06.25	30.06.25		30.06.25
	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente reportado	Ajustes	Reapresentado
Atividades operacionais						
Lucro líquido antes do IR e CSLL	90.498	(39.981)	50.517	92.103	(39.981)	52.122
Resultado de equivalência patrimonial	(18.114)	-	(18.114)	-	-	-
Depreciação/ amortização	1.120	-	1.120	3.362	-	3.362
Indenizações - desapropriações	(749)	-	(749)	(749)	-	(749)
Despesa de entidade de plano de previdência	10.468	(10.468)	-	10.468	(10.468)	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10.095	-	10.095	10.095	-	10.095
Apropriação Comgás	(313)	313	-	(313)	313	-
Ganho na alienação de bens e direitos	(1.936)	-	(1.936)	(1.936)	-	(1.936)
Provisão - Investimentos na Concessão	37.265	(37.265)	-	37.265	(37.265)	-
Apropriação despesas antecipadas	3.603	(3.603)	-	3.164	(3.164)	-
Juros mútuo	(589)	-	(589)	(589)	-	(589)
Juros e variações monetárias acordo Sabesp	(6.288)	-	(6.288)	(6.288)	-	(6.288)
Juros remuneratórios - outros ativos financeiros	(7.670)	-	(7.670)	(8.408)	-	(8.408)
Variações nos ativos e passivos						
Aplicações financeiras	17.090	(17.090)	-	17.090	(17.090)	-
Revendedores	(840)	-	(840)	(208)	-	(208)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	1.445	(7.147)	(5.702)	1.303	(7.148)	(5.845)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(5.435)	1.236	(4.199)	(6.478)	1.670	(4.808)
Adiantamentos	(32.533)	-	(32.533)	(32.533)	-	(32.533)
Despesas antecipadas	(1.637)	3.603	1.966	(1.637)	3.164	1.527
Cauções e depósitos vinculados	2.218	-	2.218	2.184	-	2.184
Outros créditos	(2.382)	-	(2.382)	(2.913)	-	(2.913)
Folha de pagamento e estimadas	(3.631)	-	(3.631)	(3.631)	-	(3.631)
Benefício pós-emprego, previdência complementar	(6.451)	10.468	4.017	(6.451)	10.468	4.017
Fornecedores	(1.373)	-	(1.373)	(1.499)	-	(1.499)
Tributos e contribuições sociais	(153)	1	(152)	(182)	(432)	(614)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.236	(1.236)	-	1.770	(1.236)	534
Obrigações setoriais	938	-	938	939	-	939
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	(1.148)	-	(1.148)	(1.148)	-	(1.148)
Passivo de contrato	-	35.982	35.982	-	35.982	35.982
Encargos de uso da rede elétrica	9	-	9	9	-	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-		-	-	
Obrigações especiais - RGR	(901)	-	(901)	(901)	-	(901)
Outros	(5.739)	(313)	(6.052)	(5.474)	(313)	(5.787)
	78.103	**(65.500)**	**12.603**	**98.414**	**(65.500)**	**32.914**
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.362)	-	(27.362)	(28.358)	-	(28.358)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**50.741**	**(65.500)**	**(14.759)**	**70.056**	**(65.500)**	**4.556**
Atividades de investimento						
Aplicações financeiras	-	17.090	17.090	-	17.090	17.090
Aquisição de imobilizado	(3.214)	-	(3.214)	(3.940)	-	(3.940)
Ativo contratual	(48.410)	48.410	-	(48.410)	48.410	-
Aquisição de intangível	(1.443)	-	(1.443)	(1.443)	-	(1.443)
Outros ativos financeiros	(63.000)	-	(63.000)	(73.000)	-	(73.000)
Mútuo com parte relacionada	(10.000)	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
Indenizações - desapropriações	749	-	749	749	-	749
Recebimento da venda de ativo imobilizado	1.936	-	1.936	1.936	-	1.936
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(123.382)**	**65.500**	**(57.882)**	**(134.108)**	**65.500**	**(68.608)**
Atividades de financiamento						
Juros sobre o capital próprio e dividendos	117	-	117	117	-	117
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**117**	**-**	**117**	**117**	**-**	**117**
Redução de caixa e equivalentes	**(72.524)**	**-**	**(72.524)**	**(63.935)**	**-**	**(63.935)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	288.306	-	288.306	311.326	-	311.326
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	215.782	-	215.782	247.391	-	247.391
Redução de caixa e equivalentes	**(72.524)**	**-**	**(72.524)**	**(63.935)**	**-**	**(63.935)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

2.2 Declaração de Conformidade

As informações financeiras intermediárias e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram examinadas pelo Comitê de Auditoria e posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2026. Após sua aprovação, somente o Conselho de Administração possui competência para autorizá-las ou promover alterações.

2.3 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis, os valores são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Realização do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 11 – Propriedades para investimento;
- Nota 12 – Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 15 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;

- Nota 16.1 – Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 26 - Instrumentos financeiros;
- Nota 27 – Gerenciamento de riscos; e
- Nota 28 – Compromissos de longo prazo.

2.5 Base de Mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos:

Planos de previdência complementar (benefício definido): reconhecidos pelo valor presente da obrigação com benefícios definidos, deduzido do valor justo dos ativos do plano;

Propriedades para investimento mensuradas a valor justo, com avaliações periódicas e, quando aplicável, as alterações são reconhecidas diretamente no resultado.

2.6 Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e das suas controladas Pirapora Energia S.A. e Edgard de Souza Energia S.A. O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pelas controladas são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.7 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.8 Informações por Segmento

A Administração realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Portanto, não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

Notas Explicativas

2.9 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas nestas ITR são as mesmas da nota explicativa nº 3 das demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2025 (divulgadas em 11 de maio de 2026) e devem ser analisadas conjuntamente.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.26	31.12.25	30.06.26	31.12.25
bancos conta movimento.....	3.422	82	4.878	82
Aplicações financeiras.....	414.673	357.503	450.190	379.829
	418.095	357.585	455.068	379.911

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

a) Perda estimada CDBs LETSBANK

A Companhia mantinha aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário emitidos pelo Banco LetsBank S.A., anteriormente denominado Banco BlueBank S.A. Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial da instituição financeira, integrante do conglomerado do Banco Master, nos termos da Lei nº 6.024/1974, evento de crédito que enquadra o ativo no modelo de perda de crédito esperada previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Considerando o regime de liquidação extrajudicial em curso, a ausência de garantias reais vinculadas às aplicações e as incertezas inerentes ao processo de habilitação de créditos junto ao liquidante nomeado pelo BACEN, a Companhia reconheceu perda de crédito esperada correspondente à totalidade do saldo de R$ 143.818 em 2025. A Companhia habilitou seus créditos junto ao liquidante e revisará a estimativa caso surjam elementos que alterem materialmente as perspectivas de recuperação.

4. REVENDEDORES

O saldo das contas a receber de revendedores é composto predominantemente por contrapartes do ambiente setorial regulado (distribuidoras de energia elétrica) e integralmente por valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

Notas Explicativas

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

No exercício de 2025, a Administração reavaliou as perspectivas de realização dos créditos acumulados de ICMS registrados no ativo, considerando os requisitos aplicáveis para homologação, transferência e utilização desses créditos por meio do sistema e-CredAc.

Com base nessa avaliação, concluiu-se que, no cenário atual, não há evidência de viabilidade técnica imediata para a monetização desses saldos. Em decorrência dessa avaliação, a Companhia constituiu estimativa para perdas correspondente a 100% desses créditos, apresentada como conta redutora do ativo.

A Administração mantém monitoramento contínuo sobre eventuais alterações regulatórias, operacionais ou jurisprudenciais que possam impactar a recuperabilidade desses créditos.

A composição dos tributos e contribuições sociais compensáveis, líquida das perdas estimadas na realização de créditos, é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**30.06.26**	**31.12.25**	**30.06.26**	**31.12.25**
ICMS recuperável	24.842	22.707	25.070	22.908
(-) Perda estimada ICMS compensável	(22.707)	(22.707)	(22.707)	(22.707)
INSS a recuperar	525	307	525	307
ISS a recuperar	7	7	7	7
PIS e COFINS a recuperar	2.583	8.022	2.583	8.022
	5.250	8.336	5.478	8.537
Não circulante				
PIS e COFINS a recuperar (i)	60.427	57.996	60.427	57.996
	65.677	66.332	65.905	66.533

(i) PIS e COFINS decorre de diferença temporária entre o regime de competência, adotado para o reconhecimento das despesas no resultado, e o regime de caixa previsto na legislação fiscal aplicável às concessões. Nesse contexto, a dedutibilidade e a exigibilidade tributária ficam condicionadas ao efetivo recebimento das receitas, gerando valores que serão realizados em períodos subsequentes, à medida da realização do passivo de contrato.

5.1 IR E CSLL A RECUPERAR

Como consequência da reapuração dos resultados tributáveis históricos decorrente da reapresentação dos saldos comparativos, a Companhia identificou pagamentos em excesso de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") em exercícios anteriores, em decorrência de reconhecimento de receitas superiores conforme apurado com a reapresentação dos saldos comparativos.

Notas Explicativas

Com base em parecer elaborado por assessores externos especializados, a Companhia avaliou as perspectivas de recuperação desses créditos e concluiu que:

(i) Para os exercícios compreendidos entre 2021 e 2025, dentro do prazo prescricional de cinco anos contados da extinção do crédito tributário, a probabilidade de recuperação é provável, nos termos dos artigos 165 e 168 do Código Tributário Nacional e do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996. Os valores recuperáveis de IRPJ e CSLL nessa janela temporal estão reconhecidos na rubrica "IR e CSLL a recuperar" e corrigidos pela taxa SELIC desde a data-base de cada exercício até 30 de junho de 2026.

(ii) Para os exercícios anteriores a 2021 (prazo prescricional ordinário), foram identificados fundamentos para a exclusão futura dos valores já oferecidos à tributação, com base nas regras de inexatidão de período de competência e no princípio da vedação à dupla tributação, com probabilidade de êxito classificada como possível.

A Companhia está conduzindo os procedimentos administrativos necessários junto à Receita Federal do Brasil para formalização dos pedidos de restituição e compensação dos créditos prováveis, incluindo a retificação das respectivas Escriturações Contábeis Fiscais ('ECF'). Os valores reconhecidos serão atualizados mensalmente pela taxa SELIC até o efetivo recebimento ou compensação.

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.26	31.12.25	30.06.26	31.12.25
Circulante				
Projetos em curso (a)	2.886	2.886	2.886	2.886
Dividendos a receber (Controlada Pirapora)	6.622	6.622	-	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos	183	160	-	-
Aluguéis / Locação	340	371	340	371
Aluguel Petrobras (b)	3.080	3.104	3.080	3.104
Adiantamento a funcionários	1.419	-	1.419	-
Eduardo Yassuda O&M	306	38	306	38
Devolução seguros	-	-	-	-
Adiantamentos a terceiros	334	45	334	45
	15.170	13.226	8.365	6.444
Valores a receber - Energia Livre (c)	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d)	1.476	1.476	1.476	1.476
Multas contratuais (e)	738	736	738	736
PECLD (f)	(6.448)	(6.409)	(6.453)	(6.409)
	(90)	(53)	(95)	(53)
	15.080	13.173	8.270	6.391

a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

b) Valores a receber relativos ao contrato de aluguel da área referente ao uso do espaço onde está instalada a UTE Nova Piratininga.

c) Valores a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE" – Energia Livre);

Notas Explicativas

d) Valores a receber de funcionários cedidos a outras entidades em exercícios anteriores;

e) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros (multas contratuais);

f) Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2026 correspondente a R$ 6.448, sendo composto por: R$ 1.476, funcionários cedidos em exercícios anteriores; R$ 4.144, relativos a RTE; R$ 738, multas contratuais; e R$ 90 referentes a locações e aluguéis.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do trimestre

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado
Lucro antes dos impostos e contribuições	59.563	24.645	60.324	25.432	59.563	24.645	60.324	25.432
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
	(14.891)	(6.162)	(15.081)	(6.359)	(5.360)	(2.218)	(5.429)	(2.288)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes		-						
Recebimentos permanentementes dedutíveis/Gastos indedutíveis	6.075	(134)	6.075	(134)	2.187	(49)	2.187	(50)
Equivalência patrimonial em controlada	2.108	2.327	-	-	759	838	-	-
Incentivos fiscais	526	86	526	86	-	-	-	-
Outros	6	6	6	6	-	-	-	-
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.			1.774	1.980			591	665
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados	(6.176)	(3.877)	(6.700)	(4.420)	(2.414)	(1.429)	(2.651)	(1.673)
Corrente	(6.872)	(3.487)	(7.396)	(4.030)	(2.665)	(1.288)	(2.902)	(1.532)
Diferido	696	(390)	696	(390)	251	(141)	251	(141)
Alíquota efetiva	10%	16%	11%	17%	4%	6%	4%	7%

Notas Explicativas

7.2 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado no acumulado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado
Lucro antes dos impostos e contribuições	94.326	50.517	95.810	52.122	94.326	50.517	95.810	52.122
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
	(23.582)	(12.629)	(23.953)	(13.031)	(8.489)	(4.547)	(8.623)	(4.691)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Recebimentos permanentemente dedutíveis/Gastos indedutíveis	5.811	(191)	5.811	(191)	2.092	(70)	2.092	(70)
Equivalência patrimonial em controlada	4.212	4.529	-	-	1.516	1.631	-	-
Incentivos fiscais	831	178	831	178	-	-	-	-
Outros	12	12	12	12	-	-	-	-
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.			3.565	3.822			1.184	1.279
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados	(12.716)	(8.101)	(13.734)	(9.210)	(4.881)	(2.986)	(5.347)	(3.482)
Corrente	(12.915)	(7.250)	(13.933)	(8.359)	(4.953)	(2.679)	(5.419)	(3.175)
Diferido	199	(851)	199	(851)	72	(307)	72	(307)
Alíquota efetiva	13%	16%	14%	18%	5%	6%	6%	7%

Notas Explicativas

7.3 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30.06.26	31.12.25	30.06.26	31.12.25
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a)	86.687	83.669	-	-
Obrigação fiscal diferida Sabesp (b)	-	-	31.118	28.907
Ativo fiscal diferido ORA (c)	62.477	62.477	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (d)	-	-	79.141	79.141
Passivo fiscal diferido - Gag melhorias (e)	-	-	8.182	7.574
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a)	31.207	30.121	-	-
Obrigação fiscal diferida Sabesp (b)	-	-	11.203	10.407
Ativo fiscal diferido ORA (c)	22.492	22.492	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (d)	-	-	28.490	28.490
Passivo fiscal diferido - Gag melhorias (e)	-	-	2.946	2.727
	202.863	198.759	161.080	157.246
Compensação entre Ativos e Passivos (f)	(161.080)	(157.246)	(161.080)	(157.246)
	41.783	**41.513**	**-**	**-**

a) Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre diferenças temporariamente indedutíveis, cujos principais componentes são: (i) contingências trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota 16); (ii) perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa; e (iii) demais provisões temporariamente indedutíveis;

b) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1);

c) Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 15);

d) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo em contrapartida de outros resultados abrangentes;

e) Decorre da diferença temporal entre o reconhecimento contábil e a efetiva tributação (realização fiscal) dos ativos de concessão e indenizáveis. A reversão deste passivo ao resultado ocorrerá na realização do Passivo de contrato.

f) Compensação entre ativos e passivos diferidos. Valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

A Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	93.517
2027	2.703
2028	1.446
2029	1.446
2030	1.446
2031 até jan/2043	17.336
	117.894

O montante de R$ 117.894 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, Nota 7.3 alínea (a).

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.26	**31.12.25**	**30.06.26**	**31.12.25**
Circulante				
Depósitos vinculados (a)	254	277	254	277
Garantia financeira (b)	-	-	46	440
	254	277	300	717
Não circulante				
Depósitos judiciais (c)	62.071	61.146	62.104	61.180
	62.325	61.423	62.404	61.897

a) Refere-se à caução vinculada ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;

b) Refere-se a recursos mantidos em conta corrente vinculada sob custódia do agente financeiro mandatário (Banco Bradesco S.A.), exigidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para assegurar a liquidação financeira das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP).

c) Trata-se de valores que a Companhia depositou em juízo no âmbito de processos cíveis, trabalhistas e tributários em que contesta as cobranças — por determinação judicial ou por decisão da própria Administração, os recursos permanecem depositados até a conclusão das ações. O depósito mais relevante, de R$ 24.796 (valor atualizado), refere-se à discussão do IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo – SP, cujo valor lançado pela Prefeitura subiu de forma expressiva. A EMAE ajuizou ação anulatória para cancelar o débito fiscal e solicitou a revisão do lançamento ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal; o depósito judicial suspende a exigibilidade da cobrança enquanto a discussão não é concluída (art. 151, inciso V, do Código Tributário Nacional).

Notas Explicativas

9. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Abrange os bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam totalmente depreciados em 31 de dezembro de 2012. Devido à prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, tais ativos deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, conforme o disposto no artigo 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, e na Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022.

Em atendimento ao referido decreto, a Companhia manifestou seu interesse em receber a indenização por meio de ofício enviado à ANEEL em 26 de dezembro de 2013. Em julho de 2022, fundamentada na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21 (posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022), a EMAE encaminhou à ANEEL relatório detalhado de avaliação dos bens. Após análise, a ANEEL estabeleceu, na 5ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria (21 de dezembro de 2023) e ratificou na 1ª Reunião Pública Ordinária (23 de janeiro de 2024), que a Base de Remuneração Regulatória Líquida seria de R$ 281 milhões, com referência à base de 31 de dezembro de 2012. Em 23 de abril de 2024, os autos do processo foram encaminhados pelo Ofício nº 01/2024 - DIR/ANEEL ao Ministério de Minas e Energia para o reconhecimento da indenização dos investimentos da EMAE.

Em agosto de 2025, o MME recebeu contribuições à Consulta Pública nº 190/2025 sobre diretrizes para reconhecer investimentos complementares ao projeto básico, conforme Decreto nº 7.850/2012. A Secretaria-Executiva coordenou a consulta entre 03 de junho de 2025 e 18 de agosto de 2025, incluindo proposta de Portaria Normativa e temas como atualização e pagamento de valores indenizatórios. A EMAE participou e aguarda decisão do MME.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 30 de junho de 2026 é de R$ 195,4 milhões.

10. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Participações permanentes em outras sociedades

	Controladora	
	30.06.26	31.12.25
Pirapora Energia S.A.	172.029	155.181
Edgard de Souza Energia S.A.	17.205	-
Total	189.234	155.181

Notas Explicativas

Participação em controlada - Pirapora Energia S.A.

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.06.26	31.12.25
Ativo	180.567	163.868
Passivo	8.538	8.687
Patrimônio Líquido	172.029	155.181
	1S26	**1S25**
Lucro do período	16.848	18.114

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	Controlada
Saldo em 31.12.2025	155.181
Resultado de equivalência patrimonial	16.848
Saldo em 30.06.2026	172.029

Participação em controlada – Edgard de Souza Energia S.A.

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Edgard de Souza Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.06.26	31.12.25
Ativo	17.205	-
Passivo		-
Patrimônio Líquido	17.205	-
	1S26	**1S25**
Lucro do período	-	-

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Edgard de Souza:

	Controlada
Saldo em 31.12.2025	-
Integralização de Capital	17.205
Saldo em 30.06.2026	17.205

Notas Explicativas

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento compreendem ativos mantidos pela Companhia para obtenção de aluguel ou valorização de capital, não sendo utilizados na produção ou fornecimento de energia elétrica ou em atividades administrativas. Durante o período findo em 30 de junho de 2026 não houve movimentação na referida rubrica.

	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31.12.25	Resultado AVJ	Saldo 30.06.26
ATIVO			
(i) Áreas adjacentes Usina São Paulo	122.689	-	122.689
Custo histórico	2	-	2
Ajuste a valor justo	122.687	-	122.687
(ii) Edifício Rua Augusta	53.600	-	53.600
Custo histórico	82.461	-	82.461
Ajuste a valor justo	(28.861)	-	(28.861)
(iii) Terrenos Bota-Fora	140.300	-	140.300
Custo histórico	17	-	17
Ajuste a valor justo	153.933	-	153.933
(-) Remediação (a)	(13.650)	-	(13.650)
	316.589	-	316.589

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de junho de 2026 está representada por:

Imobilizado por Classe

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.25	Adições	Depreciação do período	Saldo em 30.06.26
Em serviço					
Terrenos		4.283	-	-	4.283
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,0%	604	-	(29)	575
Máquinas e Equipamentos	3,2%	3.225	-	(385)	2.840
Veículos	14,3%	72	-	(5)	67
Móveis e Utensílios	6,3%	264	-	(16)	248
Subtotal		8.448	-	(435)	8.013
Em curso					
Terrenos		149	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras		45.882	-	(3.176)	42.706
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		4.499	7	-	4.506
Máquinas e Equipamentos		3.741	1.157	-	4.898
Veículos		254	-	-	254
Móveis e Utensílios		2	104	-	106
Outros		1.989	-	-	1.989
Subtotal		56.516	1.268	(3.176)	54.608
Direito de uso - Edificações, Obras civis e Benfeitorias (nota 13)		9.273	-	(943)	8.330
Total Controladora		74.237	1.268	(4.554)	70.951

Notas Explicativas

Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.25	Adições	Depreciação do período	Saldo em 30.06.26
Em serviço					
Terrenos		4.283	-	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,1%	39.774	-	(535)	39.239
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,0%	42.729	-	(590)	42.139
Máquinas e Equipamentos	3,2%	51.043	-	(1.530)	49.513
Veículos	14,3%	72	-	(5)	67
Móveis e Utensílios	6,3%	265	-	(16)	249
Subtotal		138.166	-	(2.676)	135.490
Em curso					
Terrenos		149	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras		46.858	-	(3.176)	43.682
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		4.898	879	-	5.777
Máquinas e Equipamentos		7.518	2.409	-	9.927
Veículos		254	-	-	254
Móveis e Utensílios		3	104	-	107
Adiantamento a fornecedores		-	19.950	-	19.950
Outros		1.989	-	-	1.989
Subtotal		61.669	23.342	(3.176)	81.835
Direito de uso - Edificações, Obras civis e Benfeitorias (nota 13)		9.273	-	(943)	8.330
Total Consolidado		209.108	23.342	(6.795)	225.655

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.24	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.06.25
Em serviço						
Terrenos		4.283	-	-	-	4.283
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,0%	663	-	-	(30)	633
Máquinas e Equipamentos	3,2%	4.023	2	-	(493)	3.532
Veículos	14,3%	146	-	-	(37)	109
Móveis e Utensílios	6,3%	240	-	-	(15)	225
Subtotal		9.355	2	-	(575)	8.782
Em curso						
Terrenos		149	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras		52.232	-	-	-	52.232
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		5.676	242	-	-	5.918
Máquinas e Equipamentos		30.595	2.972	-	-	33.567
Veículos		254		-	-	254
Móveis e Utensílios		2		-	-	2
Outros		21.321		-	-	21.321
Subtotal		110.229	3.214	-	-	113.443
Total Controladora		119.584	3.216	-	(575)	122.225

Notas Explicativas

Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.24	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.06.25
Em serviço						
Terrenos		4.283	-	-	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,1%	40.845	-	-	(536)	40.309
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,0%	43.910	-	-	(591)	43.319
Máquinas e Equipamentos	3,2%	54.114	2	16	(1.638)	52.494
Veículos	14,3%	146	-	-	(37)	109
Móveis e Utensílios	6,3%	241	-	-	(15)	226
Subtotal		143.539	2	16	(2.817)	140.740
Em curso						
Terrenos		149	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras		53.208	-	-	-	53.208
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		5.676	242	-	-	5.918
Máquinas e Equipamentos		32.287	3.698	(11)	-	35.974
Veículos		254	-	-	-	254
Móveis e Utensílios		8	-	(5)	-	3
Outros		21.321	-	-	-	21.321
Subtotal		112.903	3.940	(16)	-	116.827
Total Consolidado		256.442	3.942	-	(2.817)	257.567

13. ARRENDAMENTO

a) Os saldos de arrendamento referem-se ao contrato de locação da sede administrativa (Condomínio São Luiz, São Paulo), reconhecidos ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. A descrição dos termos contratuais consta da Nota 3 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A movimentação no período é apresentada a seguir.

Direito de uso (ativo)

	Controladora e Consolidado		
	Valor contábil em 31.12.25	Depreciação	Valor contábil em 30.06.26
ATIVO			
(I) Direito de uso	3.585	(522)	3.063
(II) Obras civis e benfeitorias	5.688	(421)	5.267
	9.273	(943)	8.330

a) Corresponde ao valor total contratual, trazido a valor presente por uma taxa de desconto de 13,47% ao ano.
b) Obras civis e benfeitorias - investimentos feitos na nova sede para garantir que ela ofereça as melhores condições de uso e aproveitamento.

Notas Explicativas

Arrendamento a pagar (passivo)

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31.12.25	Transferências	Juros Incorridos	Pagamento	Desconto incondicional	Saldo em 30.06.26
Arrendamento a pagar						
Circulante						
Valor contratual	1.135	567		(313)	(28)	1.361
Juros a apropriar	(118)	(58)	54			(122)
	1.017	509	54	(313)	(28)	1.239
Não Circulante						
Valor contratual	4.765	(567)		-		4.198
Juros a apropriar	(1.801)	58	302	-		(1.441)
	2.964	(509)	302	-	-	2.757
	3.981	-	356	(313)	(28)	3.996

Valor presente das parcelas de arrendamento a pagar:

2027	656
2028	952
2029	799
2030	350
	2.757

14. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.26	31.12.25
Folha de pagamento	3.429	5.967
Provisão de férias e encargos	8.206	7.365
PLR e Bonus	19.265	15.567
	30.900	28.899

As estimativas estão sujeitas a revisões futuras, conforme a efetiva apuração dos resultados e critérios de desempenho apurados.

Notas Explicativas

15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar administrados pela VIVEST: o PSAP/EMAE, de benefício definido, fechado a novas adesões desde 2018 e composto pelos subplanos BSPS, BD e CV; e o EMAE-CD, de contribuição definida. A descrição detalhada das características de cada plano, dos subplanos do PSAP/EMAE, das responsabilidades da patrocinadora por insuficiências atuariais e da política de investimentos consta da Nota 16 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com as quais estas informações intermediárias devem ser lidas conjuntamente. Não houve alterações materiais nas características dos planos, na política de investimentos ou nas premissas atuariais durante o período findo em 30 de junho de 2026.

A próxima avaliação atuarial completa, em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19, pronunciamento contábil que trata de benefícios a empregados, será realizada na data-base de 31 de dezembro de 2026. No período intermediário, a Companhia mantém o passivo atuarial reconhecido com base na última avaliação independente, ajustado pelas contribuições efetuadas e pelo custo de juros do período.

Em 30 de junho de 2026, o valor das obrigações de benefício pós-emprego administrado pela VIVEST, ajustado pela avaliação atuarial independente resulta em saldo líquido reconhecido de R$ 270.933, conforme demonstrado a seguir:

		Controladora e Consolidado			
		30.06.26			31.12.25
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão	31.667	353.151	384.818	385.666
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19)	-	(113.885)	(113.885)	(113.885)
		31.667	**239.266**	**270.933**	**271.781**

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

16.1 Contingências - Possibilidade de Perda Provável

	Controladora e Consolidado				
	Saldo 31.12.25	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo 30.06.26
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a)	16.212	827			17.039
Diversas (b)	25.506	1.056	(1.012)	(186)	25.364
	41.718	1.883	(1.012)	(186)	42.403
Cíveis (c)	2.085	6.775	-	-	8.860
Tributárias (d)	127.732	1.212	-	-	128.944
Ambiental (e)	2.531	84	(829)	-	1.786
	174.066	9.954	(1.841)	(186)	181.993

Notas Explicativas

a. Periculosidade

Ação coletiva do Sindicato dos Eletricitários (1999) pleiteando adicional de periculosidade. Sentença transitada em julgado favorável a 32 empregados remanescentes. Em fase de execução, a EMAE contesta a metodologia pericial via Agravo de Petição e Mandado de Segurança (nº 1005331-61.2023.5.02.0000). A parcela controversa foi reclassificada para perda possível, mantendo-se como provável apenas o valor incontroverso.

b. Diversas

Referem-se a diversas ações de ex-empregados e terceirizados envolvendo responsabilidade subsidiária, horas extras, insalubridade e equiparação salarial, entre outros.

c. Cíveis

Provisão para honorários advocatícios pleiteados em ação de cumprimento de sentença, decorrente de ação popular movida por terceiro contra a EMAE relativa a chamamento público para permissão de uso de áreas da Usina de São Paulo, no valor de R$ 6.775, integralmente provisionado.

d. Tributário

Saldo total de provisões tributárias: R$ 128.944, composto principalmente por: (i) R$ 18.621 referente a IPTU do imóvel da Av. Nossa Senhora do Sabará, objeto de ação anulatória com tutela de urgência em curso; e (ii) R$ 109.741 constituído em razão de efeitos decorrentes de revisões de natureza contábil adotadas no exercício, mensurado com base em avaliação técnica e jurídica especializada.

e. Ambiental

Execução fiscal da Fazenda Estadual decorrente de multa aplicada pela CETESB por descarga em represas. Ação anulatória julgada desfavoravelmente em novembro de 2024, com processo em fase de conversão do depósito judicial. Valor provisionado: R$ 1.786.

16.2 Contingências - Probabilidade de Perda Possível

As contingências em 30 de junho de 2026, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir. Na sequência, descrevem-se os principais processos que compõem esses saldos:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	Possível	
Natureza	30.06.26	31.12.25
Administrativo	6.210	5.641
Ambiental	11.432	9.277
Cível	70.112	64.329
Trabalhista	47.084	44.686
Tributário	162.222	136.855
	297.060	260.788

Os principais processos, classificados de acordo com sua natureza e materialidade financeira, são apresentados a seguir:

a. Administrativo

Refere-se a impugnação do IPTU 2025 junto à Prefeitura de Cubatão. Valor: R$ 2.086.

b. Ambiental

(i) Ação Civil Pública (Defensoria Pública, 2013) por supostos danos relacionados a inundação no Jardim Pantanal. Nexo causal com as atividades da EMAE não demonstrado. Valor: R$ 5.472. (ii) Ação Civil Pública (MPSP, 2015) por arraste de sedimentos no Córrego Ajudante. Após trânsito em julgado, a EMAE efetuou pagamento de sua cota-parte (50%), resultando em reclassificação de provável para possível. Valor remanescente: R$ 3.444.

c. Cível

Ação da AES Sul contra a ANEEL, referente aos efeitos do Despacho nº 288/2002 (alívio de exposição Itaipu, racionamento de energia 2001) que afetou agentes do setor, incluindo a EMAE. Ação julgada improcedente e confirmada em recurso (julho/2025), sem obrigação presente de desembolso. Risco reclassificado de provável para possível. Valor: R$ 62.573.

d. Trabalhista

Parcela controversa da ação coletiva do Sindicato dos Eletricitários (vide 16.1.a).

e. Tributário

Execuções fiscais da Prefeitura de Cubatão referentes a IPTU (2014–2021) de imóvel originalmente de propriedade da Eletropaulo, com a EMAE figurando como corresponsável, que registraram atualização monetária de R$ 3.736 no período, elevando seu saldo de R$ 51.804 em dez/25 para R$ 55.540 em jun/26. Os 16 procedimentos de impugnação de valores de IPTU promovidos pela EMAE em mai/25 encerraram o semestre com saldo de R$ 15.872. A variação do semestre é explicada pela atualização monetária dos processos e pelo início dos referidos procedimentos de impugnação.

Notas Explicativas

16.3 Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía 19 processos de desapropriação, com valor estimado de R$ 20,5 milhões para a EMAE. Adicionalmente, a ANEEL concluiu em dezembro de 2023, por meio do Despacho nº 5.103/2023, a apuração da Base de Remuneração Regulatória Líquida ("BRR") referente aos bens reversíveis das usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes, fixando-a em R$ 281.086 a preços de 31 de dezembro de 2012. O processo foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para definição das diretrizes finais de indenização, tendo sido aberta Consulta Pública nº 190/2025 em agosto de 2025 sobre critérios de atualização e cronograma de pagamento, cuja decisão permanece pendente na data de encerramento do período. A diferença entre a BRR apurada (R$ 281.086) e o saldo contábil reconhecido na rubrica Ativo Reversível da Concessão (R$ 195.374) constitui ativo contingente nos termos do CPC 25 / IAS 37, pronunciamento contábil que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, não reconhecido contabilmente em razão da ausência de ato normativo definitivo do Poder Concedente. A Administração acompanha o andamento do processo junto ao MME.

17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possuía um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026, com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	Controladora e Consolidado					
	31.12.25	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	30.06.26
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.800	-	35	(35)	(900)	900

18. PASSIVO DE CONTRATO

O passivo de contrato é reconhecido e mensurado em conformidade com os itens 105 a 108 do CPC 47 / IFRS 15, Receita de contrato com cliente, pela diferença entre o total da GAG Melhoria recebida desde 1º de julho de 2018 e a receita acumulada de construção e melhoria reconhecida pelo método do custo acrescido de margem no mesmo período.

O passivo de contrato é liquidado à medida que a Companhia realiza investimentos nas usinas cotistas, reconhecendo o custo de construção acrescido da margem como receita de construção no resultado do período. Os valores recebidos via parcela GAG Melhoria abatem o passivo de contrato na medida em que essa receita de construção é reconhecida.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece no passivo circulante a parcela estimada das obrigações cuja realização é esperada no período de até 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, considerando o prazo remanescente da concessão.

O saldo em 30 de junho de 2026 reflete os investimentos realizados versus os recursos recebidos de GAG Melhoria conforme a seguir:

Ano calendário	Investimentos na concessão (a)	Custo do Capital Próprio Regulatório ajustado (b)	Receita líquida de tributos (c)=a/(1-b)	Receita Bruta Gag Melhorias (d)=c/(1-9,25%)	Gag Melhorias Valor Recebido (e)	Passivo de Contrato *(f) = saldo anterior - (d)+(e)*
2013 a 2018	67.627	14%	78.875	86.914	90.059	3.145
2019	23.949	11%	27.051	29.808	177.159	150.496
2020	26.946	17%	32.344	35.640	184.610	299.465
2021	86.716	17%	104.376	115.015	197.008	381.459
2022	93.045	16%	111.126	122.453	217.079	476.084
2023	117.486	17%	140.709	155.051	216.713	537.746
2024	134.442	16%	160.998	177.408	195.413	555.751
2025	84.628	13%	96.775	106.639	177.874	626.986
1S26	44.543	16%	52.880	58.270	84.546	**653.262**

Ke Regulatório - Corresponde ao Custo de capital próprio regulatório definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ajustado à estrutura de capital da Companhia.

19. OUTRA OBRIGAÇÃO

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (*city gate*), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do prazo de vigência dos contratos. Durante o período findo em 30 de junho de 2026 a EMAE contabilizou o montante de R$ 313 no Resultado.

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e consolidado	
	30.06.26	31.12.25
Depósitos Judiciais (a)	435	482
Racionalização da base acionária (b)	4.737	4.737
Taxas	20	-
Seguros a pagar	400	5.408
Cauções contratuais	209	209
	5.801	10.836

a. Referem-se a valores relativos a ações trabalhistas já transitadas em julgado, cujos depósitos judiciais ainda não foram liberados em favor da parte contrária;

b. O montante registrado no período refere-se ao saldo financeiro remanescente do leilão das frações de ações decorrentes da operação de grupamento de ações de emissão da Companhia, ocorrida em 16 de junho de 2025.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

21.1 Ativo financeiro Sabesp

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R$ 9.254 a título indenizatório; e b) R$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui um saldo a receber de R$ 124.473, dos quais R$ 114.059 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros contratual implícita de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a., aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31.12.25	Transferências	Encargos Financeiros	Saldo 30.06.26
ATIVO				
Circulante				
Sabesp	13.997	230	364	14.591
Ajuste a valor presente	(4.482)		305	(4.177)
	9.515	230	669	10.414
Não Circulante				
Sabesp	166.608	(230)	5.827	172.205
Ajuste a valor presente	(60.495)	-	2.349	(58.146)
	106.113	(230)	8.176	114.059
	115.628	-	8.845	124.473

Notas Explicativas

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2027	10.181
2028	9.672
2029	9.189
2030 até 2042	85.017
	114.059

21.2 Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora

Com anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A., Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante o período findo em 30 de junho de 2026, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R$ 1.248, com base no convênio firmado com a controlada (R$ 1.991 no período comparativo findo em 30 de junho de 2025).

21.3 Termo de Permissão de Uso – Parque Bruno Covas – Novo Rio Pinheiros

Em 18 de junho de 2026, a Companhia celebrou com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos, com interveniência da SEMIL, Termo de Permissão de Uso Qualificada e Remunerada de serviços de apoio ao uso público no Parque Bruno Covas – Novo Rio Pinheiros, decorrente de concorrência pública nacional na qual a Companhia foi declarada vencedora, com outorga fixa de R$ 100 mil, sem parcela variável. O Estado de São Paulo é acionista da Sabesp, controladora da Companhia, motivo pelo qual a operação é divulgada nos termos do CPC 05 (R1), ainda que seus termos tenham sido integralmente estabelecidos no Edital de Concorrência e no Termo de Referência.

O prazo é de 48 meses contados da assinatura, prorrogável uma vez por igual período. A Companhia passa a explorar, em caráter exclusivo, publicidade, áreas comerciais, pontos de venda, aluguel de bicicletas, eventos, estacionamento e *naming rights*, assumindo em contrapartida a manutenção, conservação, limpeza, segurança patrimonial e o custeio das utilidades da área. Benfeitorias autorizadas serão incorporadas ao patrimônio público, com indenização restrita a investimentos não amortizados e apenas na hipótese de extinção antecipada.

Em 30 de junho de 2026 não há saldos a receber ou a pagar decorrentes deste Termo, e não houve efeitos no resultado do período. Os dispêndios de operação e manutenção a serem incorridos ao longo da vigência ainda não são mensuráveis nesta data.

21.4 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Em atendimento ao CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e de 2025 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Notas Explicativas

Pessoal Chave da Administração	nº de membros	Remuneração		nº de membros	Remuneração	
		2T26	1S26		2T25	1S25
Diretoria Estatutária (*)	4	1.493	2.247	5	5.192	6.422
Conselho Fiscal	4	101	149	3	46	66
Conselho de Administração	10	1.311	1.757	9	455	950
Comitê de Auditoria	3	45	126	4	194	387
	21	2.950	4.279	21	5.887	7.825

(*) Remuneração fixa e variável

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R$ 285.411 está dividido em 14.705.350 ações ordinárias e 22.241.700 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026 não houve emissão de novas ações. A redução do número de ações decorreu da operação de grupamento e desdobramento simultâneo (proporção 50:1 e 1:50) aprovada pela Companhia, conforme Aviso aos Acionistas de 12 de maio de 2025, com frações vendidas em leilão na B3 em 16 de junho de 2025.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à:

a. prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

b. direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

c. direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

d. e direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Notas Explicativas

22.2 Resultado por Ação - Básico e Diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os períodos (em milhares, exceto valor por ação):

	1S26	1S25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado
Lucro líquido do período	76.729	39.430	50.973	19.339
	Quantidade de Ações	Quantidade de Ações	Quantidade de Ações	Quantidade de Ações
ON	14.705.350	14.705.350	14.705.350	14.705.350
PN	22.241.700	22.241.700	22.241.700	22.241.700
	36.947.050	36.947.050	36.947.050	36.947.050
	R$	R$	R$	R$
ON	1,96	1,01	1,30	0,49
PN (10% maior que o dividendo ON)	2,15	1,11	1,43	0,54
	R$	R$	R$	R$
ON	28.805	14.803	19.136	7.260
PN	47.924	24.627	31.837	12.079
	76.729	39.430	50.973	19.339

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

Em conformidade com o estatuto social, a Administração não propõe a distribuição de dividendos relativamente ao período findo em 30 de junho de 2026, tendo em vista que a apuração de dividendos obrigatórios é realizada ao final do exercício social.

Notas Explicativas

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

23.1 Conciliação da Receita Operacional Líquida

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 23.2)	78.664	79.862	78.664	79.862
Suprimento de energia - leilão (Nota 23.2)	-	-	12.552	11.832
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 23.2)	-	-	302	589
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 23.2)	3	1	165	426
Renda da prestação de serviços (Nota 23.3)	958	882	958	882
Outras receitas (Nota 23.4)	14.765	13.874	14.765	13.874
Receitas relativas à construção de ativos da concessão	31.803	36.128	31.803	36.128
	126.193	130.747	139.209	143.593
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais	(9.591)	(9.954)	(9.981)	(10.339)
PIS sobre receitas operacionais	(2.082)	(2.161)	(2.166)	(2.245)
Imposto sobre serviços - ISS	(48)	(44)	(48)	(44)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.067)	(1.118)	(1.067)	(1.118)
	(12.788)	(13.277)	(13.262)	(13.746)
RECEITA LÍQUIDA	113.405	117.470	125.947	129.847

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 23.2)	156.027	153.153	156.027	153.153
Suprimento de energia - leilão (Nota 23.2)	-	-	25.597	24.229
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 23.2)	24	-	911	843
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 23.2)	61	153	223	749
Renda da prestação de serviços (Nota 23.3)	1.985	1.817	1.985	1.817
Outras receitas (Nota 23.4)	29.486	27.304	29.494	27.304
Receitas relativas à construção de ativos da concessão	58.270	57.344	58.270	57.344
	245.853	239.771	272.507	265.439
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais	(18.683)	(18.233)	(19.482)	(19.003)
PIS sobre receitas operacionais	(4.056)	(3.958)	(4.229)	(4.125)
Imposto sobre serviços - ISS	(99)	(91)	(99)	(91)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.123)	(2.175)	(2.123)	(2.175)
	(24.961)	(24.457)	(25.933)	(25.394)
RECEITA LÍQUIDA	220.892	215.314	246.574	240.045

Notas Explicativas

23.2 Energia Elétrica Vendida

No trimestre

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R$		MWh (*)		R$	
	2T26	2T25	2T26	2T25	2T26	2T25	2T26	2T25
Energia elétrica gerada em cotas (a)	190.463	191.429	120.939	165.108	190.463	191.429	120.939	165.108
Suprimento de energia elétrica para contratos ACR -Leilão (b)	-	-	-	-	37.254	32.843	12.552	11.832
Comercializadores ACL	-	-	-	-	-	-	302	589
Mercado de curto prazo ACL - CCEE (c)	-	-	3	1	-	-	165	426
Total	190.463	191.429	120.942	165.109	227.717	224.272	133.958	177.955

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

No acumulado

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R$		MWh (*)		R$	
	1S26	1S25	1S26	1S25	1S26	1S25	1S26	1S25
Energia elétrica gerada em cotas (a)	386.639	431.714	240.575	286.508	386.639	431.714	240.575	286.508
Suprimento de energia elétrica para contratos ACR -Leilão (b)	-	-	-	-	50.700	62.771	25.597	24.229
Comercializadores ACL	-	-	24	-	-	-	911	843
Mercado de curto prazo ACL - CCEE (c)	-	-	61	153	-	-	223	749
Total	386.639	431.714	240.660	286.661	437.339	494.485	267.306	312.329

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

a. Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas à alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG). A RAG é composta por diferentes parcelas, entre as quais a destinada à cobertura dos investimentos realizados nas usinas cotistas (GAG Melhoria), que corresponde ao valor efetivamente recebido pela EMAE. Para fins de reconhecimento de receita, nos termos da ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, essa parcela é substituída pela receita de construção. Por essa razão, os valores apresentados neste quadro refletem o valor da RAG homologado pela ANEEL e podem divergir do montante efetivamente reconhecido como receita no período;

b. Classificam-se como “Suprimento de Energia para contratos ACR” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no Ambiente de Contratação Regulada - ACR;

c. Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

Notas Explicativas

23.3 Rendas da Prestação de Serviços

Receita referente aos serviços de operação e manutenção prestados pela EMAE à Prefeitura de São Paulo na Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda. No período findo em 30 de junho de 2026, essas rendas somaram R$ 1.985 (R$ 1.817 no mesmo período de 2025), conforme demonstrado na conciliação da Nota 23.1.

23.4 Outras Receitas

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	2T26	2T25	2T26	2T25
Cessão de Área (a)	9.000	8.226	9.000	8.226
Usina São Paulo (b)	4.589	4.429	4.589	4.429
Aluguéis	1.176	1.219	1.176	1.219
	14.765	13.874	14.765	13.874

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	1S26	1S25	1S26	1S25
Cessão de Área (a)	18.000	16.162	18.000	16.162
Usina São Paulo (b)	9.174	8.858	9.174	8.858
Aluguéis	2.312	2.284	2.312	2.284
I-REC (c)	-	-	8	-
	29.486	27.304	29.494	27.304

(a) Cessão onerosa de áreas a terceiros;
(b) Área adjacente à Usina São Paulo destinada a exploração comercial;
(c) Comercialização de Certificados de Energia Renovável (I-REC). A linha "Aluguéis" refere-se substancialmente à locação do terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga.

Notas Explicativas

24. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

24.1 Controladora

No trimestre

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado
Encargos de uso da rede elétrica	(11.315)	(11.545)	-	-	-	-	(11.315)	(11.545)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.659)	(1.482)	-	-	-	-	(1.659)	(1.482)
Taxa de fiscalização - ANEEL	381	389	(762)	(777)	-	-	(381)	(388)
Pessoal	(13.682)	(11.700)	(10.867)	(14.398)	-	-	(24.549)	(26.098)
Administradores	-	-	(2.839)	(6.799)	-	-	(2.839)	(6.799)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15)	(4.353)	(2.366)	(3.461)	(2.859)	-	-	(7.814)	(5.225)
Material	(671)	(412)	(327)	(272)	-	-	(998)	(684)
Serviço de terceiros	(13.017)	(16.743)	(10.454)	(9.351)	-	-	(23.471)	(26.094)
Depreciação/amortização	-	-	(2.519)	(556)	-	-	(2.519)	(556)
(-) Recuperação de despesa (a)	383	1.319	-	-	-	-	383	1.319
Aluguéis	-	-	(329)	(1.804)	-	-	(329)	(1.804)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16.1)	(7.752)	(5.433)	-	-	-	-	(7.752)	(5.433)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	21	-	(39)	-	-	-	(18)	-
(-) Créditos PIS/COFINS	1.869	2.369	-	-	-	-	1.869	2.369
IPTU	(5.911)	(5.083)	-	-	-	-	(5.911)	(5.083)
Custos relativos a construção de ativos da concessão	(24.311)	(27.602)	-	-	-	-	(24.311)	(27.602)
Seguros	(2.206)	(1.173)	-	-	-	-	(2.206)	(1.173)
Condominio	-	-	(80)	(216)	-	-	(80)	(216)
Patrocínios incentivados e não incentivados	-	-	-	-	(190)	(560)	(190)	(560)
Indenizações - desapropriações (b)	-	-	-	-	25.225	226	25.225	226
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	2.435	-	2.435
Outras	(150)	(536)	-	-	28	-	(122)	(536)
Total	(82.373)	(79.998)	(31.677)	(37.032)	25.063	2.101	(88.987)	(114.929)

Notas Explicativas

No acumulado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1S26	1S25	1S26	1S25	1S26	1S25	1S26	1S25
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Encargos de uso da rede elétrica	(22.660)	(23.205)	-	-	-	-	(22.660)	(23.205)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(3.256)	(3.341)	-	-	-	-	(3.256)	(3.341)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	(762)	(777)	-	-	(762)	(777)
Pessoal	(27.009)	(27.661)	(22.511)	(26.793)	-	-	(49.520)	(54.454)
Administradores	-	-	(4.521)	(9.283)	-	-	(4.521)	(9.283)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15)	(8.521)	(5.317)	(7.103)	(5.151)	-	-	(15.624)	(10.468)
Material	(1.362)	(733)	(611)	(702)	-	-	(1.973)	(1.435)
Serviço de terceiros	(27.136)	(31.526)	(17.052)	(21.003)	-	-	(44.188)	(52.529)
Depreciação/amortização	-	-	(5.042)	(1.120)	-	-	(5.042)	(1.120)
(-) Recuperação de despesa (a)	552	8.725	-	-	-	-	552	8.725
Aluguéis	-	-	(1.517)	(3.727)	-	-	(1.517)	(3.727)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16.1)	(8.113)	(10.095)	-	-	-	-	(8.113)	(10.095)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(39)	-	-	-	(39)	-
(-) Créditos PIS/COFINS	3.689	5.362	-	-	-	-	3.689	5.362
IPTU	(11.689)	(11.682)	-	-	-	-	(11.689)	(11.682)
Custos relativos a construção de ativos da concessão	(44.543)	(44.592)	-	-	-	-	(44.543)	(44.592)
Seguros	(4.580)	(4.314)	-	-	-	-	(4.580)	(4.314)
Condominio	-	-	(180)	(611)	-	-	(180)	(611)
Patrocínios incentivados e não incentivados	-	-	-	-	(1.081)	(650)	(1.081)	(650)
Indenizações - desapropriações (b)	-	-	-	-	25.225	226	25.225	226
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	2.459	-	2.459
Outras	(494)	(855)	-	-	(2)	-	(496)	(855)
Total	(155.122)	(149.234)	(59.338)	(69.167)	24.142	2.035	(190.318)	(216.366)

Notas Explicativas

24.2 Consolidado

No trimestre

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado	2T26	2T25 Reapresentado
GSF - Garantia física	(606)	(581)	-	-	-	-	(606)	(581)
Encargos de uso da rede elétrica	(11.432)	(11.716)	-	-	-	-	(11.432)	(11.716)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.659)	(1.482)	-	-	-	-	(1.659)	(1.482)
Taxa de fiscalização - ANEEL	409	416	(762)	(777)	-	-	(353)	(361)
Pessoal	(14.250)	(12.668)	(10.867)	(14.398)	-	-	(25.117)	(27.066)
Administradores	-	-	(2.839)	(6.799)	-	-	(2.839)	(6.799)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15)	(4.353)	(2.366)	(3.461)	(2.859)	-	-	(7.814)	(5.225)
Material	(726)	(436)	(327)	(272)	-	-	(1.053)	(708)
Serviço de terceiros	(13.779)	(17.158)	(10.454)	(9.351)	-	-	(24.233)	(26.509)
Depreciação/amortização	(1.120)	(1.121)	(2.519)	(556)	-	-	(3.639)	(1.677)
Energia de curto prazo - CCEE	(1.040)	-	-	-	-	-	(1.040)	-
(-) Recuperação de despesa (a)	383	1.319	-	-	-	-	383	1.319
Aluguéis	-	-	(329)	(1.804)	-	-	(329)	(1.804)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16.1)	(7.752)	(5.433)	-	-	-	-	(7.752)	(5.433)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	21	-	(39)	-	-	-	(18)	-
(-) Créditos PIS/COFINS	1.869	2.369	-	-	-	-	1.869	2.369
IPTU	(5.911)	(5.083)	-	-	-	-	(5.911)	(5.083)
Custos relativos a construção de ativos da concessão	(24.311)	(27.602)	-	-	-	-	(24.311)	(27.602)
Seguros	(2.328)	(1.308)	-	-	-	-	(2.328)	(1.308)
Condominio	-	-	(80)	(216)	-	-	(80)	(216)
Patrocínios incentivados e não incentivados	-	-	-	-	(190)	(560)	(190)	(560)
Indenizações - desapropriações (b)	-	-	-	-	25.225	226	25.225	226
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	2.435	-	2.435
Outras	(217)	(601)	-	-	28	-	(189)	(601)
Total	(86.802)	(83.451)	(31.677)	(37.032)	25.063	2.101	(93.416)	(118.382)

Notas Explicativas

No acumulado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado	1S26	1S25 Reapresentado
Encargos de uso da rede elétrica	(22.955)	(23.546)	-	-	-	-	(22.955)	(23.546)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(3.256)	(3.341)	-	-	-	-	(3.256)	(3.341)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	(762)	(777)	-	-	(762)	(777)
GSF - Garantia física	(1.205)	(1.155)	-	-	-	-	(1.205)	(1.155)
Pessoal	(28.257)	(29.652)	(22.511)	(26.793)	-	-	(50.768)	(56.445)
Administradores	-	-	(4.521)	(9.283)	-	-	(4.521)	(9.283)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15)	(8.521)	(5.317)	(7.103)	(5.151)	-	-	(15.624)	(10.468)
Material	(1.443)	(776)	(611)	(702)	-	-	(2.054)	(1.478)
Serviço de terceiros	(28.677)	(32.898)	(17.052)	(21.003)	-	-	(45.729)	(53.901)
Depreciação/amortização	(2.241)	(2.242)	(5.042)	(1.120)	-	-	(7.283)	(3.362)
Energia de curto prazo - CCEE	(2.353)	-	-	-	-	-	(2.353)	-
(-) Recuperação de despesa (a)	552	8.725	-	-	-	-	552	8.725
Aluguéis	-	-	(1.517)	(3.727)	-	-	(1.517)	(3.727)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16.1)	(8.113)	(10.095)	-	-	-	-	(8.113)	(10.095)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(39)	-	-	-	(39)	-
(-) Créditos PIS/COFINS	3.689	5.362	-	-	-	-	3.689	5.362
IPTU	(11.689)	(11.682)	-	-	-	-	(11.689)	(11.682)
Custos relativos a construção de ativos da concessão	(44.543)	(44.592)	-	-	-	-	(44.543)	(44.592)
Seguros	(4.834)	(4.528)	-	-	-	-	(4.834)	(4.528)
Condominio	-	-	(180)	(611)	-	-	(180)	(611)
Patrocínios incentivados e não incentivados	-	-	-	-	(1.081)	(650)	(1.081)	(650)
Indenizações - desapropriações (b)	-	-	-	-	25.225	226	25.225	226
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	2.459	-	2.459
Outras	(584)	(936)	-	-	(2)	-	(586)	(936)
Total	(164.430)	(156.673)	(59.338)	(69.167)	24.142	2.035	(199.626)	(223.805)

Notas Explicativas

Descrição dos itens indicados em Custos de Operação e Despesas Operacionais por natureza:

(a) Recuperação de valores de IPTU de exercícios anteriores registrados no primeiro trimestre de 2025 relacionados ao contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga.

(b) Indenizações recebidas no segundo trimestre de 2026, no montante de R$ 25.225, decorrentes de desapropriações de áreas da Companhia pelo Poder Público.

RESULTADO FINANCEIRO

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	2T26	2T25	2T26	2T25
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras	12.865	7.549	13.949	8.503
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1)	1.343	1.164	1.343	1.164
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(1.065)	(877)	(1.065)	(877)
Atualização de ativos financeiros	-	3.170	-	3.384
Atualização de créditos tributários	8.740	-	8.740	-
Multas contratuais	-	115	-	115
Outras receitas financeiras	-	-	3	2
	21.883	11.121	22.970	12.291
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	(31)	(406)	(37)	(406)
Juros sobre RGR	(15)	(36)	(15)	(37)
IOF	-	139	-	139
Arrendamento	(177)	-	(177)	-
Outras despesas financeiras	(47)	(5)	(47)	(5)
	(270)	(308)	(276)	(309)
Variações Monetárias				
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1) v.m	3.803	1.488	3.803	1.488
Outras variações monetárias	1.296	497	1.296	497
	5.099	1.985	5.099	1.985
	26.712	12.798	27.793	13.967

Notas Explicativas

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	1S26	1S25	1S26	1S25
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras	25.439	20.618	27.424	22.302
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1)	2.653	2.308	2.653	2.308
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(1.939)	(1.727)	(1.939)	(1.727)
Atualização de ativos financeiros	-	8.264	-	9.002
Atualização de créditos tributários	14.810	-	14.810	-
Multas contratuais	-	115	-	115
Outras receitas financeiras	6	-	11	10
	40.969	29.578	42.959	32.010
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	(1.150)	(411)	(1.182)	(411)
Juros sobre RGR	(35)	(79)	(35)	(79)
IOF	(74)	(217)	(74)	(222)
Arrendamento	(356)	-	(356)	-
Outras despesas financeiras	(81)	(5)	(81)	(5)
	(1.696)	(712)	(1.728)	(717)
Variações Monetárias				
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1) v.m	6.192	3.979	6.192	3.979
Outras variações monetárias	1.439	610	1.439	610
	7.631	4.589	7.631	4.589
	46.904	33.455	48.862	35.882

25. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros nas modalidades Responsabilidade Civil Geral, D&O, Frota de Veículos, Equipamentos de Geração (EMAE e PCH Pirapora), Imóveis, Drone, Seguro Garantia das obrigações da EMAE para cobertura de déficit técnico do Plano de Previdência Complementar PSAP/EMAE. A descrição completa de cada modalidade e os valores segurados constam da Nota 27 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não houve alteração material na cobertura contratada durante o período findo em 30 de junho de 2026.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.26	31.12.25	30.06.26	31.12.25
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	418.095	357.585	455.068	379.911
Revendedores (Nota 4)	39.793	40.356	45.037	46.029
Outros créditos (Nota 6)	15.080	13.173	11.015	6.391
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8)	62.325	61.423	62.404	61.897
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1)	124.473	115.628	124.473	115.628
Ativo reversível da concessão (Nota 9)	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores	28.199	27.911	28.817	28.504
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.653	3.653	3.653	3.653

Notas Explicativas

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades desenvolvidas pela Companhia a expõem, principalmente, aos riscos descritos a seguir. A estrutura de gerenciamento de riscos, os fatores de risco operacional, hidrológico, regulatório, ambiental e de integridade dos ativos, e a política de segurança de barragens estão descritos na Nota 29 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não sofreram alteração material no período.

a. Riscos financeiros

i. Risco de estrutura de capital

A Companhia e sua controlada não possuem endividamento bancário e financiam suas operações exclusivamente com capital próprio e com os recebimentos contratuais da concessão, mantendo esse perfil de capital no período findo em 30 de junho de 2026.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 30 de junho de 2026 a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 418.095 e R$ 455.068, controladora e consolidado, respectivamente (R$ 357.585, controladora, e R$ 379.911, consolidado, em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.26	31.12.25
Ativo reversível da concessão (Nota 9)	195.374	195.374
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 21.1)	124.473	115.628
	319.847	311.002

O ativo reversível da concessão refere-se à indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada estão alocadas em fundos de investimento e em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez diária, mensurados, respectivamente, pelo valor das cotas ou pelo valor dos títulos em 30 de junho de 2026.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificar-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas em 06 de julho de 2026, com CDI overnight de 14,15% a.a.

Notas Explicativas

	Saldo 30.06.26 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		14,15%	17,69%	21,23%
Controladora	414.673	58.676	73.345	88.014
Consolidado	450.190	63.702	79.627	95.553

	Saldo 30.06.26 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		14,15%	10,61%	7,08%
Controladora	414.673	58.676	44.007	29.338
Consolidado	450.190	63.702	47.776	31.851

https://www.b3.com.br

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de junho de 2026, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 30.06.26 Nota 21.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	5,30%	14,01%	15,44%	16,88%
SABESP	124.473	17.437	19.222	21.008

	Saldo 30.06.26 Nota 21.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	5,30%	14,01%	12,57%	11,14%
SABESP	124.473	17.437	15.651	13.865

Boletim focus publicado em 03 de julho de 2026

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 4 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	24.817	4.000	-	-	-	28.817
Dividendos/ JSCP	3.653	-	-	-	-	3.653
Total	**28.470**	**4.000**	**-**	**-**	**-**	**32.470**

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico prevista na Lei 13.203/2015, mecanismo pelo qual os geradores do Ambiente de Contratação Regulado optaram por transferir o risco hidrológico às distribuidoras em contrapartida do pagamento de prêmio.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa base para definição da Receita Anual de Geração (RAG). A RAG é reajustada anualmente em 1º de julho e revisada a cada cinco anos pela ANEEL. A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.506/2025 definiu o reajuste anual da RAG para o ciclo 2025-2026. Os preços da controlada Pirapora são os fixados nos contratos ACR, atualizados anualmente pelo IPCA.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG 0&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden	203.164	144.721	12.558	37.049	4.071	2.163	-	1.450	4.078	409.253
Porto Góes	4.782	4.745	297	1.086	-	-	-	39	110	11.060
Rasgão	4.033	3.987	264	1.148	-	331	168	35	100	10.067
	211.978	153.453	13.119	39.283	4.071	2.494	168	1.525	4.289	430.379

Fonte: REH 3.506/2025 Nota técnica nº 163/2025

d. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 15 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar, a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE-CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável à previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

28. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a. Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b. Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

c. Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

29. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			
	31.12.25	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	30.06.26
Investimentos	(155.181)	(17.205)	(16.848)	(189.234)
Imobilizado	(74.237)	(1.268)	4.554	(70.951)
Intangível	(19.251)	(339)	488	(19.102)

	Consolidado			
	31.12.25	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	30.06.26
Imobilizado	(209.108)	(23.342)	6.795	(225.655)
Intangível	(19.251)	(339)	488	(19.102)

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1 Incorporação de Ações pela SABESP

Em 29 de junho de 2026, EMAE e SABESP celebraram o Protocolo e Justificação da incorporação, pela SABESP, da totalidade das ações de emissão da EMAE por ela não detidas (“Incorporação de Ações”), nos termos dos artigos 223, 224, 225, 252 e 264 da Lei nº 6.404/1976, tendo sido convocada Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a operação em 30 de julho de 2026. Em 29 de julho de 2026, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, a Companhia foi comunicada de decisão do Colegiado da CVM que determinou o adiamento da Assembleia, condicionando sua nova realização à disponibilização de informações adicionais, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022. Nova data será oportunamente divulgada aos acionistas.

30.2 Reajuste Tarifário 2026-2027

Por meio do Despacho nº 2.744, de 23 de julho de 2026, a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL estabeleceu em R$ 429,3 milhões a Receita Anual de Geração — RAG aplicável às usinas sob gestão da Companhia, para o ciclo tarifário compreendido entre julho de 2026 e junho de 2027.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia” ou “EMAE”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado, em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).
Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que indicam que os valores correspondentes de exercícios anteriores foram alterados e estão sendo reapresentados devido a alteração na forma de mensuração do contrato de concessão. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada – informação suplementar

Revisamos também as Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e sua controlada, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de agosto de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1830, 2° andar - Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2026; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1830, 2° andar - Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2026; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2026.